

**PROBLEMÁTICA REGIONAL RECENTE: DISPARIDADES ESPAÇOS-
TERRITÓRIAS DA INDÚSTRIA NOS ESTADOS DO NORDESTE**

**RECENT REGIONAL PROBLEMS: TERRITORIAL-SPACES DISPARITIES OF
INDUSTRY IN THE NORTHEASTERN STATES**

Érica Priscilla Carvalho de LIMA¹
Elaine Carvalho de LIMA²

Resumo: Embora o Brasil tenha atravessado mudanças na estrutura produtiva, bem como na localização destas atividades, as disparidades espaços-territoriais se manifestam em um elevado nível de heterogeneidade regional. Diante desse contexto, o Nordeste emerge como uma região que historicamente foi caracterizada pelo atraso socioeconômico e pela presença dos piores indicadores de desigualdades. A presença destes indicadores, que indicam o atraso socioeconômico da região frente às demais, colabora para a prioridade da ação de políticas públicas voltadas para reverterem essa disparidade regional. A geografia econômica mostra a persistência de uma distribuição produtiva desigual nos estados nordestinos, ressaltando que tais disparidades acontecem não só no nível regional, mas também nas unidades federativas. O objetivo do presente trabalho foi analisar a distribuição da atividade industrial nos estados do Nordeste. Com vistas a mapear a configuração dessa atuação estatal, foram utilizadas medidas de localização que almejam identificar a especialização produtiva dos estados. As assimetrias presentes no território nacional se reproduzem na estrutura econômica do Nordeste devido à concentração em três estados: Bahia, Pernambuco e Ceará. Embora estes sejam os estados mais dinâmicos da região, a estrutura industrial montada ainda carece de uma base tecnológica de ponta devido ao pouco investimento destinado às inovações técnicas.

Palavras-chave: Estado; políticas industriais; desenvolvimento regional; Rio Grande do Norte.

Abstract: Although Brazil has gone through changes in production structure, as well as on the location of these activities, the disparities manifest themselves in territorial spaces-a high level of heterogeneity. In this context, the Northeast emerges as a region that historically has been characterized by economic backwardness and the presence of the worst indicators of inequality. The presence of these indicators, which indicate the delay the region's socioeconomic front to the other, collaborates for the priority of the action of public politics to reverse this regional disparity. The economic geography shows the persistence of a productive unequal distribution in Northeastern States, noting that such disparities occur not only at the regional level, but also in the States. The purpose of this study was to analyze the distribution of industrial activity in the Northeastern States. In order to map the setting this State performance measures were used to place that aims to identify the productive specialization. Present on the national territory asymmetries reproduce in the economic structure of the Northeast due to the concentration in three States: Bahia, Pernambuco and Ceará. Although these are the most dynamic States in the region, the industrial structure mounted still lacks a cutting edge technological base due to little investment for technical innovations.

Keywords: State; industrial policies; regional development; Rio Grande do Norte.

¹ Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestra em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ericapriscillaufn@hotmail.com

² Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestra em Economia regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: elainecarvalhoonline@hotmail.com

Introdução

A trajetória do desenvolvimento econômico brasileiro suscita uma série de debates. Um ponto central é a persistência de um quadro marcado por elevados níveis de desigualdades regionais. Outra problemática é o papel do Estado e sua relação com o desenvolvimento, visto que coexistem dois campos de pensamento: o primeiro defende uma intervenção discreta do Estado e o segundo afirma que a forte atuação do Estado é vital para alavancar o desenvolvimento de uma nação.

Embora o Brasil tenha atravessado mudanças na estrutura produtiva, bem como na localização dessas atividades, as disparidades espaços-territoriais se manifestam em um elevado nível de heterogeneidade regional. Portanto tal contexto intensifica a relevância da atuação do Estado como agente de condução do desenvolvimento econômico e redução das discrepâncias.

O desenvolvimento regional concentra-se em políticas destinadas para alcançar o crescimento com a compatibilidade das potencialidades locais. A questão regional brasileira está atrelada a um quadro histórico marcado por elevados níveis de desigualdades regionais e, principalmente, pela persistência do hiato entre a economia nordestina e a do Sudeste.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é analisar a configuração da indústria nos estados nordestinos com vistas a mapear a distribuição da atividade e mostrar a existência de disparidades territoriais. Justifica-se a realização deste estudo, sem dúvida, pela necessidade de um referencial analítico para a temática do desenvolvimento, visto que a redução das disparidades é indissociável para o desenvolvimento econômico.

O foco no setor industrial se justifica por estar atrelado ao processo de geração e difusão de inovações, bem como ser central para conduzir o processo de transformação da estrutura produtiva. Assim, este artigo parte da abordagem da construção das vantagens comparativas, tal como defendida por Evans (2004) quando ressalta que o processo de mudança estrutural é resultado de estratégias intencionais de fomento. A argumentação central é que a intervenção do Estado, via políticas públicas ativas, tem uma estreita relação com o desempenho econômico.

Tendo em vista a natureza do artigo e seus objetivos de pesquisa, a metodologia utilizada consistiu em fundamentações teóricas e sistematização, análise e interpretação de dados secundários obtidos nas bases do IPEADATA, do IBGE, da RAIS, acerca do objeto de estudo. Com vistas a mapear a configuração dessa atuação estatal, foram utilizadas medidas de localização que almejam identificar a especialização produtiva dos estados e indicar quais setores apresentam tendências de concentração nesses espaços. O objetivo central foi classificar cada estado de acordo com a dinâmica industrial apresentada.

Este artigo se encontra dividido em mais cinco seções incrementalmente a introdução. A seguir, faz-se uma breve revisão de literatura acerca da discussão do desenvolvimento regional; na sequência, será abordada a problemática da questão regional brasileira para, posteriormente, discutir o caso do Nordeste. Em seguida, serão abordados os principais resultados, reservando ao último item a apresentação das considerações finais.

Economia e sua relação com a geografia: um olhar sobre as teorias de desenvolvimento regional

O enfoque na relação entre a economia e o espaço está presente nos primórdios da economia urbana e da geografia econômica. Inicialmente o debate concentrava-se na

compreensão dos fatores que condicionaram a localização das atividades econômicas em um dado espaço geográfico. Nesse primeiro momento verificou-se a predominância de estudos de geógrafos como Christaller e Losch e, logo após a Segunda Guerra Mundial, surgiram as contribuições de economistas como Isard, Myrdal e Perroux (MARINI e SILVA, 2012).

Os diferentes estágios de desenvolvimento alcançado mediante o surgimento de atividades econômicas em um determinado espaço contribuíram para as discussões que possibilitassem entender como ocorre esse processo e os fatores-chaves para explicar essas desigualdades regionais. Assim, o conceito de desenvolvimento regional vincula essa abordagem territorial e possibilita relacionar a economia e o espaço.

Entende-se por região um recorte espacial que é “(...) alguma parte entre o continental e o nacional ou entre o nacional e o local” (ALBAGLI, 2004, p. 49). Além do âmbito do espaço geográfico, a região também agrega a dimensão ambiental, social, econômica e cultural. A figura 1 sintetiza os principais autores e suas respectivas obras, assim como a divisão segundo grupos de pensamento.

Ao descrever a evolução do conceito de desenvolvimento regional, Focchezatto (2010) aponta a existência de três grupos de pensamento: o enfoque tradicional da localização industrial, o segundo fundamentado nas interligações setoriais e o terceiro centrado no conceito de externalidades.

O primeiro grupo baseia-se na corrente neoclássica da localização e teve como expoentes Von Thunen, Alfred Weber, Losch, Christaller e Isard. Os elementos centrais presentes nessa concepção eram as variáveis: distância e área; e a localização ótima de uma determinada atividade com vistas a alcançar custos de transportes mínimos. Tais estudos apresentavam um caráter estático e o desenvolvimento regional era tido como um resultado da escolha locacional que minimizava os custos de transporte.

As transformações ocorridas no século XX, com o aquecimento do capitalismo mundial devido a intensificação da industrialização, ampliaram as desigualdades regionais e alteraram as discussões em torno do desenvolvimento regional. A partir desse cenário emergiu o segundo grupo de pensamento, denominado de Teorias do Desenvolvimento Regional. Fundamentavam-se nas teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman, em que centraram o debate na compreensão dos fatores que explicam a concentração industrial e as desigualdades regionais (MARINI e SILVA, 2012).

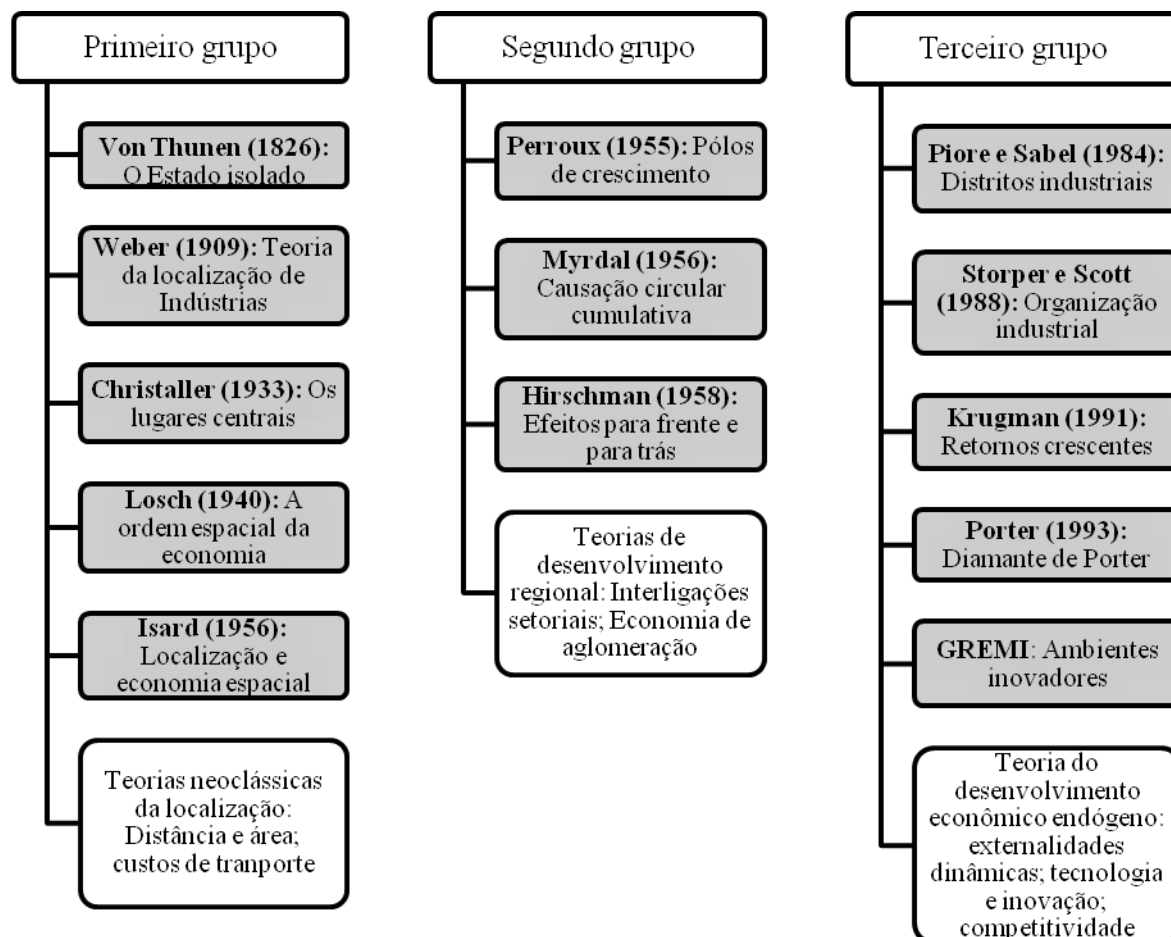
Essa concepção baseia-se nas interligações setoriais como fatores para explicar a localização produtiva e de desenvolvimento regional. Os autores incorporaram a importância das economias externas, o efeito da concentração e seu desencadeamento para o crescimento regional. Segundo Marini e Silva (2012), essas teorias impactaram para a efetivação de políticas de desenvolvimento regional, tanto no âmbito federal como no estadual.

No caso federal, pode-se citar a implantação de grandes projetos estruturantes nas diferentes regiões, com vistas a complementar a matriz produtiva nacional e/ou reduzir as desigualdades espaciais. No âmbito estadual, elas deram e continuam dando suporte às políticas de atração de novos investimentos, principalmente oriundos do setor industrial. Em geral, esses investimentos são atraídos por isenções fiscais, sendo que é dada prioridade àqueles com maior poder de encadeamento intersetorial e que complementam a matriz produtiva regional (MARINI E SILVA, 2012. p. 166).

A ênfase dessas teorias em uma tipologia de polarização da atividade resultou no aprofundamento das disparidades regionais. A partir da década de 1980 surgiu o terceiro

grupo, denominado de Teorias do Desenvolvimento Endógeno devido o foco nos âmbito territorial. Tal concepção incorpora as abordagens neo-schumpeteriana, a qual defende a inovação como elemento determinante para o processo de dinamização da economia, os distritos industriais, a nova geografia econômica e a teoria do diamante de Porter sobre os clusters.

Figura 1 - Evolução conceitual da teoria de desenvolvimento regional



Fonte: Adaptado de Fochezatto (2010).

No Brasil, a “questão regional” resultou na emergência de políticas públicas orientadas para reduzir as disparidades socioeconômicas entre as regiões brasileiras. O marco inicial ocorreu na década de 1950 quando o Brasil atravessava o processo de industrialização, concentrado no Sudeste e, com menor intensidade, no Sul. Em contrapartida, o Norte e Nordeste apresentavam uma estrutura econômica atrasada e predominantemente baseada em produtos primários.

As diferenças entre as regiões brasileiras rebateram para a adoção de estratégias de desenvolvimento regional que ocasionaram mudanças no perfil socioeconômico brasileiro e desconcentração dos setores produtivos em prol das regiões menos desenvolvidas, tais como Norte e Nordeste. No entanto, a descontinuidade das políticas de desenvolvimento regional contribuiu para a elevação das disparidades inter-regionais. O próximo tópico abordará de forma sucinta a “questão regional” e como a mesma foi moldada.

A questão regional brasileira: a predominância da heterogeneidade estrutural

A problemática da desigualdade entre as regiões brasileiras é persistente. Remete-se às discussões, acerca das desigualdades inter-regionais, a segunda metade do século XX, emergindo também o debate em torno do funcionamento do Estado em prol dessa questão. A ideia de “arquipélago” regional adotada por Francisco de Oliveira (1993) sintetiza a diversidade presente na formação territorial brasileira e a falta de integração das economias regionais. Os diferentes aspectos institucionais, políticos e socioeconômicos conduziram a uma estrutura regional diferenciada. Essa espacialidade desigual resultou no surgimento de uma vasta literatura acerca da questão regional, com vistas a compreender a heterogeneidade estrutural das regiões brasileiras.

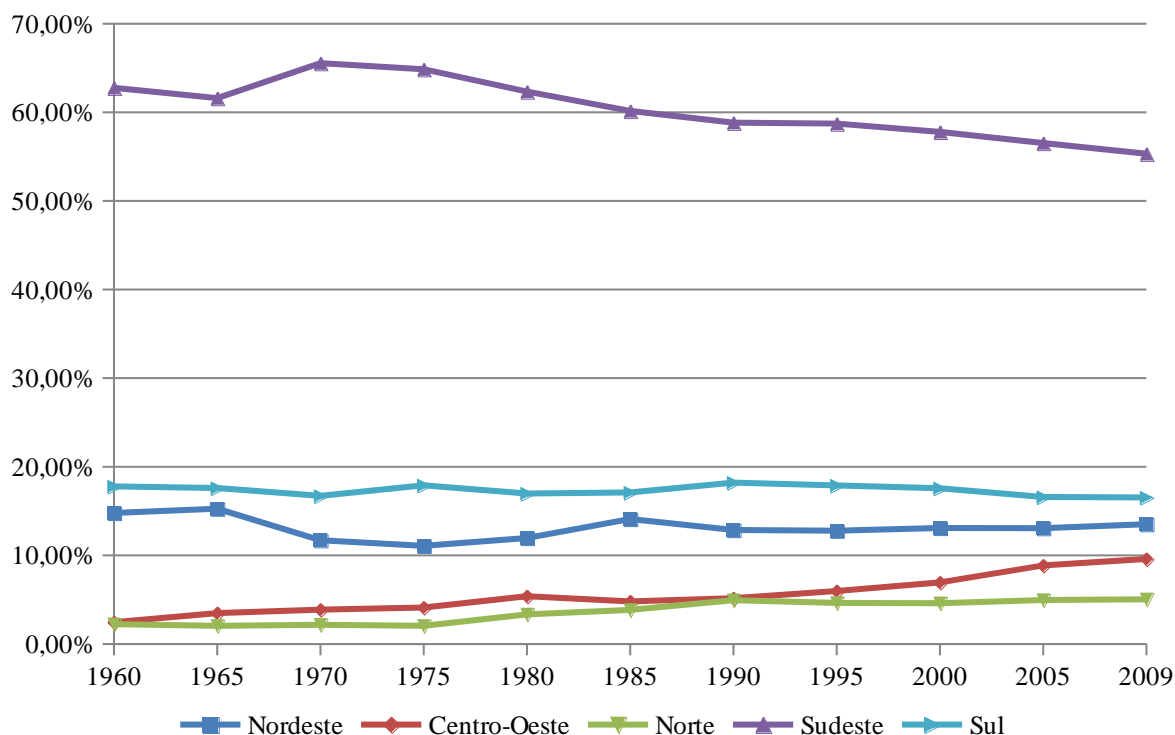
Araújo (2000) ressalta que a ideia de “arquipélago” perdura durante o período da economia primário-exportador, tendo em vista o desempenho econômico de o país estar atrelado aos determinantes do mercado externo. Segundo a autora, quando a economia brasileira passa a ter base industrial internaliza-se o mercado e “(...) passa-se a construir uma economia nacional, que, claro, se expressa regionalmente, mas tem uma dinâmica nacional” (ARAÚJO, 2000, p. 73). A partir desse momento é que surge a “questão regional” fundamentada na diferenciação existente entre as regiões brasileiras.

As questões regionais, da década de 1950, se concentravam na problemática de duas regiões: o Centro-Oeste e o Nordeste. A primeira era uma região vasta, entretanto se encontrava praticamente despovoada. A problemática do Nordeste referia-se à pobreza da região, pois era uma área relativamente populosa. A principal justificativa da questão regional nordestina residia na “(...) presença e o domínio dos interesses políticos e sociais das velhas oligarquias ligadas aos latifúndios” (AMARAL FILHO, 2010, p.58). O grande desequilíbrio estava centrado no elevado hiato existente entre a economia nordestina e a região Sudeste. A extensão desse problema culminou com o que Vidal (2010) afirma ao relatar que a “questão nordestina” passou a ser a “questão regional” brasileira.

As obras de Celso Furtado marcam a emergência da preocupação com a questão regional: *Formação Econômica do Brasil* (1959), *Uma política para o Desenvolvimento do Nordeste* (1959) e *Operação Nordeste* (1959). A problemática centrava-se na elevada disparidade de renda e diferença no nível de crescimento econômico apresentado entre as regiões Nordeste e a atual região Sudeste.

Em *Formação Econômica do Brasil* (1959), Celso Furtado partiu do enfoque do estruturalismo cepalino para compreender a natureza da disparidade territorial brasileira. O Nordeste ganha destaque no estudo devido à região ter sobressaído na etapa virtuosa da economia do século XVI e ter enfrentado um período de estagnação no século XIX a XX.

O Gráfico 1 elucida o elevado grau de desigualdade regional no Brasil e sua persistência ao longo do período. Embora tenha apresentado uma redução, em todos os anos de análise a participação percentual do Sudeste no PIB se manteve acima de 50%. O Sul apresentou uma dinâmica bastante estável, em detrimento do crescimento das regiões Centro-Oeste e Norte. Em contrapartida, a participação do Nordeste reduziu, no intervalo de 1960 (14,8%) e 2009 (13,5%). Tal trajetória indica uma tendência de manutenção de elevados níveis de desigualdades regionais no país.

Gráfico 1 - Participação percentual das regiões no PIB nacional (%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADATA (2013).

Em suma, a persistência das desigualdades regionais no território nacional é uma questão crucial no discurso do desenvolvimento brasileiro. Embora o país tenha atravessado uma série de transformações na estrutura produtiva, tais disparidades são visíveis, sejam nos níveis regionais e/ou nas unidades federativas. Ao mesmo tempo em que os efeitos da abertura comercial explicam a dinamização da estrutura produtiva nacional, estes impulsionaram a elevação da desigualdade e fragmentação regionais.

O limiar de uma região periférica

A emergência da economia nordestina está intrinsecamente relacionada à expansão do capitalismo mundial mediante as relações comerciais da colônia com a metrópole. O cerne dessa relação era baseado numa desigual divisão de trabalho e subordinação aos interesses da metrópole. Guimarães Neto (1997) relata que o Nordeste configurou como o caso mais bem sucedido da economia do período colonial, no entanto “(...) consolidou-se como periferia da economia capitalista e a ela se atrelou pela transferência de parcela relevante dos excedentes gerados no seu interior” (p. 41).

O autor também chama atenção para as características presentes nesse período que se tornaram fatores determinantes para a estrutura socioeconômica da região. A apropriação territorial sob a forma das grandes propriedades, o trabalho escravo e seu uso demasiado nas diversas atividades produtivas, bem como a relação de dependência com o comércio internacional foram centrais para definir a dinâmica da economia nordestina.

Assim, o cerne da denominada “empresa agrícola açucareira” constitui como principal determinante da estrutura social da região, moldada pela elevada concentração

fundiária e pela mão de obra escravista, resultando no que Furtado denominou de agricultura itinerante. A agricultura itinerante diz respeito à emergência de atividades mercantis-exportadoras e de subsistência e sua relação com o subdesenvolvimento regional, visto que resultaram em uma estrutura social baseada no patrimonialismo e exclusão social.

Assim, partindo do ideário cepalino, Furtado mostra que as raízes do subdesenvolvimento nordestino centram-se nessa estrutura socioeconômica montada ao longo da formação da economia regional. A predominância do trabalho escravista, uma elevada concentração fundiária, alta desigualdade de renda e poder político e uma estrutura social baseada em um acentuado caráter patrimonial.

A etapa colonial deixou uma série de legados que caracterizam a estrutura do Nordeste ainda no período recente. Araújo e Santos sintetizaram tais características nos seguintes pontos:

- i) a persistência da monocultura, com o legado do “mundo do açúcar”, que resistiu aos tempos e com isto, segundo o autor, “o pequeno mundo patriarcal criado em torno dos engenhos pôde chegar até nossos dias”; ii) o atraso técnico, manifesto no extremo rudimentarismo dos métodos de trabalho da colônia, e que ajudou, em adição à monocultura, a fazer avançar a economia de subsistência no campo; iii) a agricultura de subsistência, expandida de forma desarticulada e aprofundando a condição de pobreza no campo; e iv) a estrutura do patriarcalismo, como matriz da sociedade nacional, transbordando no futuro para o desenvolvimento da vida urbana brasileira (ARAÚJO e SANTOS, 2009, p. 179)

A economia do Nordeste é, historicamente, caracterizada por um processo de continuidade de sistemas produtivos de acordo com a localização: a cana de açúcar na área litorânea, o cacau no sul da Bahia, a concentração de empregos públicos nas capitais e a pecuária no sertão. Ainda que essa continuidade esteja presente na estrutura econômica da região atualmente, a ocorrência de políticas direcionadas para o Nordeste acabou por alterar a economia nordestina.

As desigualdades presentes no Nordeste em relação, principalmente, ao Sudeste podem ser analisadas pelas diferentes bases produtivas instaladas nas regiões. Enquanto o Nordeste se caracterizava por um baixo dinamismo advindo do setor primário-exportador, o Sudeste impulsionou o crescimento econômico pelo seu setor industrial. As dificuldades geradas pelo setor agrícola do Nordeste mostraram a inviabilidade da permanência da atividade e várias propostas de estímulos para a industrialização foram impulsionadas, sobretudo com a criação da SUDENE.

Segundo ARAÚJO (2000, p.166-167):

A partir dos anos 60, impulsionadas pelos incentivos fiscais (34/18 – FINOR e isenção do Imposto sobre a Renda, principalmente), por investimentos de empresas estatais do porte da PETROBRÁS (na Bahia) e da Vale do Rio Doce (no Maranhão), complementados com créditos públicos (do BNDES e BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas (e dentro delas, as atividades industriais) ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção nessa região brasileira, rompendo a fraca dinâmica preexistente. Entre 1967 e 1989, a agropecuária reduziu sua contribuição ao PIB regional, de 27,4% para 18,9%, e em 1990 (ano de seca, que afetou consideravelmente a produção na zona semiárida), esse percentual caiu para 12,1%. Enquanto

isso, a indústria passou, de 22,6% para 29,3%, e o terciário cresceu, de 49,9% para 58,6%, segundos os dados da SUDENE para o período.

Portanto, a configuração econômica assumida no Nordeste, no período pós 1950, teve como agente indutor o Estado, que mediante sua ação desenvolvimentista, contribuiu para a expansão e diversificação produtiva na região. O próximo tópico abordará essa fase de intervenção estatal no Nordeste.

O Estado e o planejamento regional no nordeste

A partir da década de 1950 observa-se a criação de relevantes instituições voltadas para o desenvolvimento regional. Destacam-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959.

Desde a década de 1950 o planejamento regional passou a ganhar força no Brasil, impulsionando assim a região nordestina. Nesse período, sob a coordenação de Celso Furtado, produziu-se o Relatório do Grupo de Trabalho e Desenvolvimento para o Nordeste (GTDN), culminando com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O diagnóstico do GTDN mostrou a situação do Nordeste em relação às demais regiões brasileiras, indicando o atraso e a pobreza em relação às áreas mais dinâmicas do país.

Segundo Guimarães Neto (1987), a atuação estatal na região e a mobilização social conduziram a elevadas mudanças na economia nordestina. O autor elenca uma série de fatores que contribuíram para essas mudanças, com destaque para a disponibilidade de infraestrutura, a criação do banco regional de desenvolvimento, os vultosos incentivos fiscais e financeiros, e a presença de recursos externos.

Assim, tais fatores ocasionaram uma maior dinamização da economia nordestina e sua diversificação. Cronologicamente, o período compreendido entre 1960 a 1975 corresponde à fase de expansão da economia nordestina *pari passu* à economia brasileira, e entre 1975 a 1980 verifica-se a desconcentração produtiva em prol do Nordeste. Essa fase de expansão da economia regional culmina com o que Guimarães Neto (1987) denomina de integração produtiva, a qual é caracterizada pela transferência de capitais privados e públicos para a região nordestina, além de impulsionar a dinamização da base produtiva regional, ainda reduziu a concentração espacial da economia brasileira no período. Todavia esse resultado para o Nordeste pode ser justificado por um conjunto de fatores que alteraram a participação da região na economia nacional.

A política de incentivos fiscais e financeiros e os investimentos públicos advindos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-79) foram fatores cruciais para a nova configuração do Nordeste. A integração nacional, através da desconcentração das atividades para os espaços periféricos do Brasil, era a prioridade dada no período. Almejou-se a formação de uma base econômica articulada e descentralizadora, mediante a implantação de grandes projetos industriais e de infraestrutura, que objetivavam um novo direcionamento destas atividades (BERNAL, 2004).

Atuação estatal no Nordeste: uma análise da estrutura industrial nos estados nordestinos no período recente

O processo de industrialização no Nordeste ocorreu com a consolidação da Bahia, Pernambuco e Ceará como os maiores estados de importância para a economia regional, dinamizando o crescimento urbano das respectivas capitais, Salvador, Recife e Fortaleza, e de áreas de influências. A consolidação de tal processo resultou num alto grau de heterogeneidade e diversificação da estrutura produtiva da região, decorrente da ação estatal, combinando espaços modernos e dinâmicos e outros de estrutura atrasada. Assim, Bernal (2004, p. 28-29) indica que isso resultou, para o Nordeste, no surgimento de:

(...) diversos subespaços de estruturas econômicas modernas e dinâmicas, onde se destacam o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo mineiro-metalúrgico de Carajás, o pólo agro-industrial de Petrolina /Juazeiro, áreas da moderna agricultura de grãos nos cerrados de Maranhão, Piauí e Bahia, o pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte, o pólo de pecuária intensiva no agreste pernambucano e os diversos pólos turísticos das capitais litorâneas, esses como consequência dos investimentos federais na última década. Ao lado dessas estruturas modernas, permanecem as velhas estruturas identificadas com as zonas cacauceiras, canavieiras e o sertão semi-árido, onde o crescimento se faz pela incorporação de terras mais do que pela elevação da produtividade e que permaneceram sem incentivos financeiros na última década.

Ao analisar a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) a preços constantes verifica-se que, entre os anos 1990 e 2009, o estado do Maranhão apresentou maior crescimento (161,5%), seguido pelo Piauí (122%). Todavia tais elevações não reverteram à elevada participação dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que conjuntamente representaram mais de 50% do PIB da região em 2009 (Tabela 1).

Tabela 1 – Produto Interno Bruto a preços constantes por estado do Nordeste, em R\$ (mil) ano-base de 2000

Estado	1990	%	2009	%	Varição 1990-2009 (%)
Bahia	41.449.367.79	34.94%	66.195.329.19	31.32%	59.70%
Pernambuco	24.526.500.63	20.67%	37.874.157.56	17.92%	54.42%
Ceará	14.936.643.90	12.59%	31.729.290.60	15.01%	112.43%
Paraíba	7.796.664.13	6.57%	13.868.624.08	6.56%	77.88%
Maranhão	7.359.911.99	6.20%	19.246.396.33	9.11%	161.50%
Rio Grande do Norte	6.624.857.79	5.58%	13.475.720.21	6.38%	103.41%
Alagoas	6.517.291.48	5.49%	10.254.662.95	4.85%	57.35%
Sergipe	5.303.010.39	4.47%	9.545.822.06	4.52%	80.01%
Piauí	4.131.353.50	3.48%	9.191.147.57	4.35%	122.47%
PIB Nordeste	118.645.601.60	100%	211.381.150.55	100%	78%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IPEADATA.

O valor adicionado, por ser elemento na formação do PIB, indica a tendência e a distribuição setorial das atividades econômicas. No Nordeste, o valor adicionado do setor industrial (Tabela 2) mostra que a Bahia concentra a maior participação absoluta do setor, apresentando uma elevação ao longo do período (11%). Outro resultado relevante foi a perda da participação de Pernambuco (-13,8%), em contrapartida, verificou-se a elevação da participação do Ceará.

Tabela 2 - PIB estadual: Valor adicionado da indústria, em R\$ (mil) ano-base de 2000

Estado	1990	2009	Varição 1990-2009 (%)
Alagoas	1.505.469.24	1.895.665.37	25.92%
Bahia	15.097.282.29	16.815.429.24	11.38%
Ceará	5.350.781.21	6.867.156.74	28.34%
Maranhão	1.428.237.94	2.673.821.72	87.21%
Paraíba	1.875.437.63	2.767.957.42	47.59%
Pernambuco	8.288.684.22	7.144.820.87	-13.80%
Piauí	869.369.29	1.394.484.53	60.40%
Rio Grande do Norte	2.300.083.06	2.376.493.66	3.32%
Sergipe	2.262.201.25	2.396.725.32	5.95%

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados do IPEADATA.

Os dados do valor adicionado indicam uma maior distribuição do setor industrial, no que concerne a elevação da participação setorial em estados como Maranhão, Paraíba e Piauí. No entanto, tais aumentos não expressaram significativas mudanças estruturais, pois a concentração industrial da região está centrada na Bahia, Ceará e Pernambuco, ao qual responderam por aproximadamente 70% do valor adicionado da indústria no Nordeste.

A análise das exportações do Nordeste é um mecanismo relevante para observar o desempenho econômico da região, bem como sua estrutura econômica. Quando comparado com o Brasil, o Nordeste representou 7,7% da pauta exportadora do país em 2012, mesmo percentual alcançado em 2002 (FUNCEXDATA). Os dados das exportações por intensidade tecnológica reafirmam o padrão de pouca expressividade do setor industrial na região e indicam a tendência de um processo de reprimarização da pauta exportadora, visto que as exportações de produtos básicos apresentaram um significativo crescimento no Nordeste.

De acordo com os dados do FUNCEXDATA (2013), as exportações de produtos não industriais e básicos somaram 53%, em 2012, enquanto que em 2002 esse percentual alcançou 50%. Além dessa evolução, ganha destaque a redução das exportações de média-alta intensidade tecnológica, que representou 13% em 2012, ao passo que em 2002 alcançou 20%. A redução do peso das atividades de alta intensidade reafirma um perfil industrial tradicional na região e tendência do crescimento de atividades básicas.

Em 2012, os principais produtos exportados pelo Nordeste foram: óleo combustível, soja, pasta química de madeira, outros açúcares de cana, plataformas de perfuração, algodão, alumina, minérios de ferro, ferro fundido e bagaço da soja. No que diz respeito aos principais produtos importados, ganham destaque: óleo diesel, outras gasolinas, naftas para petroquímica, automóveis, querosene de aviação, misturas de trigo, sulfetos de minérios de cobre, ácido tereftálico, outras turbinas a vapor e outros propanos liquefeitos (BNB-ETENE, 2013).

Tais dados reafirmam a fragilidade na estrutura econômica da região, visível através das relações realizadas no comércio exterior. Ainda é predominante no Nordeste a concentração das exportações em produtos básicos e, em contrapartida, de importações baseadas em produtos com elevado valor agregado.

Segundo dados do IBGE (2013), a região ainda concentra a maior taxa de analfabetismo no Brasil. Apesar de ter presenciado redução nessa taxa, o Nordeste apresentou 18,5% de analfabetos em 2010. Além disso a região apresenta também a maior taxa de desemprego do país, chegando a 9,6% em 2010. Tais dados se mostram relacionados, tendo

em vista que a presença de um déficit educacional pode ser traduzida em um mercado de trabalho precário e com pequena absorção.

De acordo com os dados do Censo de 2010, o Nordeste responde pelo maior percentual de pessoas com baixa renda no Brasil. Em 2010, 56% da população nordestina ganhava até meio salário mínimo, enquanto no país esta taxa correspondia a 34,6%.

Resultados e discussões: tendências locacionais e a configuração industrial nos estados nordestinos

O estudo da localização industrial permite indicar a configuração espacial do setor em questão, além de indicar a tendência de dispersão ou concentração da atividade. Alguns autores (Diniz, 2000; Sabóia, 2001; Botelho, 2002) ressaltam a emergência de um processo de desconcentração industrial e o favorecimento em prol do Nordeste. Além dos incentivos, a presença de mão de obra excedente e salários baixos, e a possibilidade de flexibilidade das relações trabalhistas foram os fatores centrais para se compreender a estrutura industrial do Nordeste no pós-1990 (Araújo, 1999).

Um efeito deste processo foi o desencadeamento da guerra fiscal na região, que foi resultante da postura adotada pelos estados e municípios para atrair grandes empreendimentos industriais, fenômeno que Santos (1999) denomina de “Guerra entre lugares”.

Assim, a realocação da indústria em diversos estados têm se mostrado de grande relevância para dinamizar a economia local. No entanto, alguns estados se mostram mais eficientes que outros para a atração de indústrias, tendo em vista que isso é resultado da atuação de políticas estatais para estimular o crescimento do setor e promover a criação de novas unidades produtivas e ampliação das unidades já existentes.

Com vistas a analisar a configuração industrial dos estados nordestinos no período recente, realizou-se um levantamento dos dados dos empregos industriais. Tais dados foram obtidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A partir dos dados dos empregos formais construíram-se cartografias da configuração da indústria segundo intensidade tecnológica que permitem desagregar a atividade nos estados e constatarem os padrões locacionais do setor. Para atingir esses objetivos, utilizou-se a classificação por intensidade tecnológica pelo agrupamento da Classificação Nacional de Atividades Econômica (CNAE 2.0) de acordo com a metodologia proposta a partir das taxonomias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE 2011) (ANEXO 1).

Doravante a classificação do emprego formal conforme a classificação por intensidade tecnológica elencou-se uma tipologia de estrutura industrial segundo os seguintes critérios: estrutura dinâmica, intermediária ou tradicional. Segundo a tecnologia adotada, a indústria tradicional está relacionada com setores ligados a primeira revolução industrial, caracterizada pelo uso intensivo de mão de obra e por produzir bens de consumo leves e não duráveis. As indústrias intermediárias são aquelas que produzem bens de capital destinados às indústrias básicas. E finalmente, a indústria dinâmica utiliza intensamente tecnologia e capital, operando em economia de escala e corresponde a uma etapa mais avançada do desenvolvimento tecnológico.

Assim, os próximos tópicos adotarão tal tipologia para indicar a dinâmica espacial da indústria nos estados do Nordeste. Parte-se da constatação de que a localização é influenciada pelo tipo de indústria a ser instalada. Assim, enquanto a indústria dinâmica tende a se

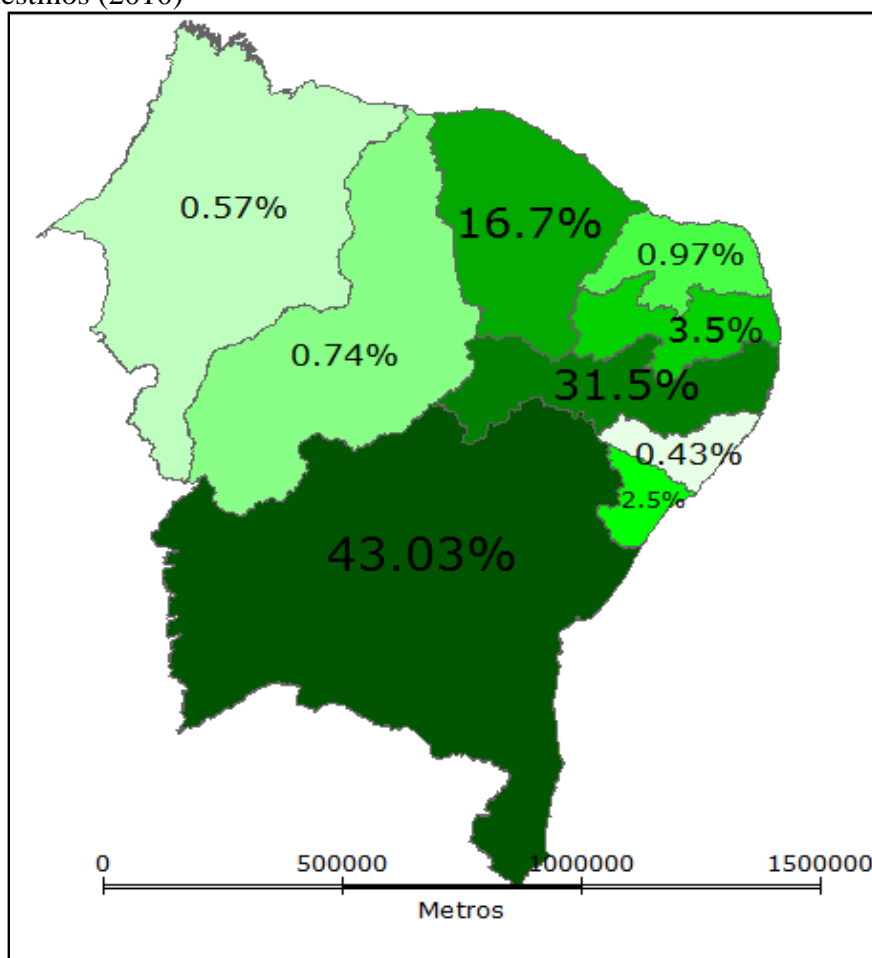
concentrar próximo as fontes fornecedoras ou dos portos, as indústrias tradicionais e intermediárias encontram-se, principalmente, em áreas próximas aos mercados consumidores.

Estados com indústrias dinâmicas

Conjuntamente, Bahia, Pernambuco e Ceará responderam por mais de 90% do emprego da indústria de alta intensidade tecnológica no Nordeste. Duas atividades de destaque são relacionadas à fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e fabricação de máquinas e equipamentos. Quando se analisam as atividades de média alta intensidade tecnológica, destaca-se a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, especialmente na Bahia.

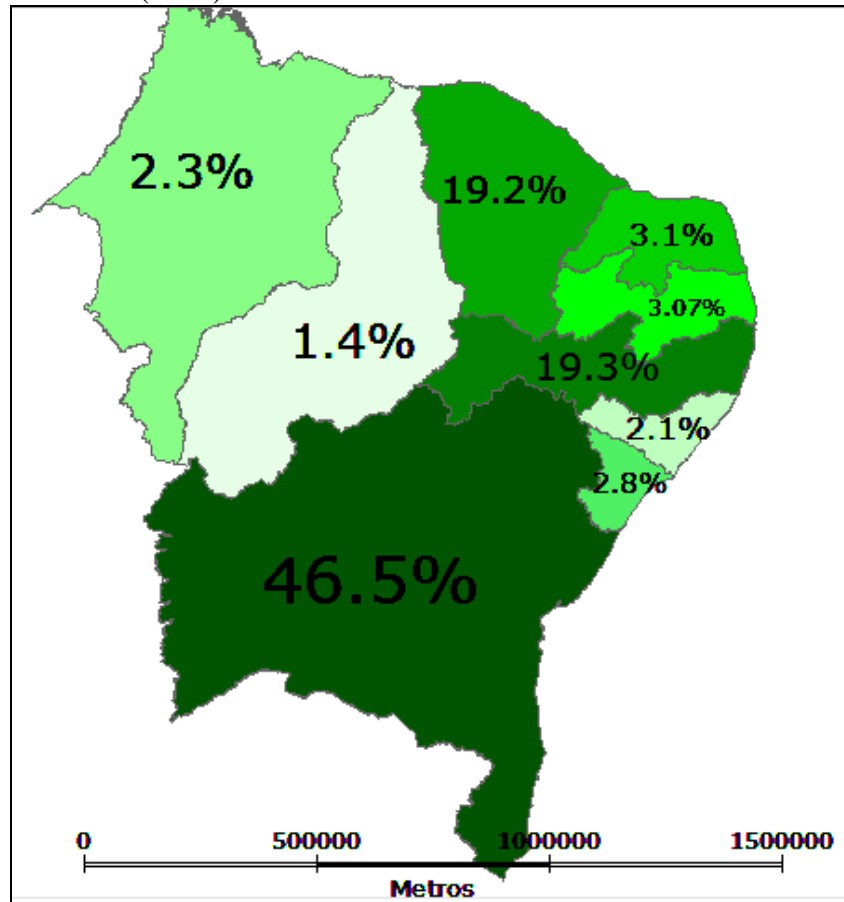
As figuras 3 e 4 mostram um elevado grau de concentração do setor dinâmico nos três estados anteriormente citados. O mapeamento permite constatar que tais setores apresentam um caráter mais concentrado devido ao um conjunto de fatores locais favoráveis, tais como: qualificação de mão de obra, um leque de serviços mais diversificados, infraestrutura mais avançada, entre outros.

Figura 3 - Distribuição do emprego formal na indústria de alta intensidade tecnológica nos estados nordestinos (2010)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria a partir do software TerraView.

Figura 4 - Distribuição do emprego formal na indústria de média alta intensidade tecnológica nos estados nordestinos (2010)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria a partir do software TerraView.

A Bahia é o estado com maior dinamismo no Nordeste. Tal desempenho foi resultado das políticas industriais adotadas no estado, as quais fortaleceram o setor industrial pelo complexo petroquímico, pela siderurgia do cobre, as atividades de madeira, de celulose e de alimentos. O Complexo Petroquímico de Camaçari, o Centro Industrial de Aratu e o Centro Industrial do Subaé são os principais responsáveis pela dinâmica industrial do estado e pela integração da economia baiana, visto que tal dinamismo não se restringe à região metropolitana de Salvador, propagando-se para algumas cidades do interior.

Pernambuco é o segundo estado em representação da indústria no Nordeste. A modernização setorial ampliou a diversificação de várias atividades, impulsionadas pelos polos presentes no estado, entre eles: Suape; Igarassu e Itapissuma (bebidas); Ipojuca (cerâmica, química, têxtil); Parqtel-Curado (eletrônico); Cabo (química, cerâmica); Camaragibe e Paulista (têxtil).

Os investimentos advindos da Sudene, para impulsionar o setor industrial no Ceará, tornaram-se efetivos a partir da segunda metade da década de 1970. Tal política beneficiou a modernização do parque industrial do estado, principalmente das atividades tradicionais. Outra mudança foi a adoção de políticas para reverter a concentração industrial na região do entorno de Fortaleza, pois o estado apresentava uma estrutura espacial bastante concentrada, na qual a capital representou, em 1995, 63,87% do PIB do estado (IPEA, 2001). Desde 1986, o governo do Ceará promoveu uma política de estímulo e atração de investimentos, com maiores subsídios para as empresas que se instalam fora da Região Metropolitana de

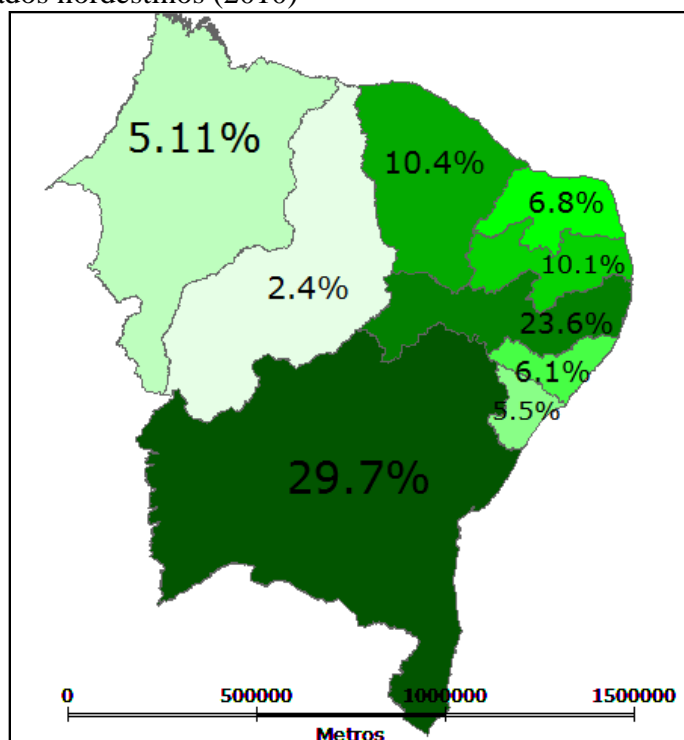
Fortaleza. Com essa estratégia buscou-se a redução da concentração industrial em torno da Região Metropolitana e uma interiorização do investimento produtivo.

Estados com indústrias intermediárias

No que concerne à presença de indústrias de média baixa intensidade tecnológica, além dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, ganha relevo o estado da Paraíba, com a fabricação de coque, produtos derivados de petróleo e de bicomcombustíveis. A atividade mais representativa é a fabricação de produtos de borracha e de material plástico, que é bastante concentrada nos estados da Bahia e Pernambuco (Figura 5)

A política industrial adotada na Paraíba consiste no fornecimento de crédito subsidiado e de infraestrutura. Assim, a política de desenvolvimento industrial centrou-se na concessão de incentivos fiscais relacionados ao ICMS, como Fundo de Apoio à Industrialização da Paraíba (FAIN) criado em 1986.

Figura 5 - Distribuição do emprego formal na indústria de média baixa intensidade tecnológica nos estados nordestinos (2010)

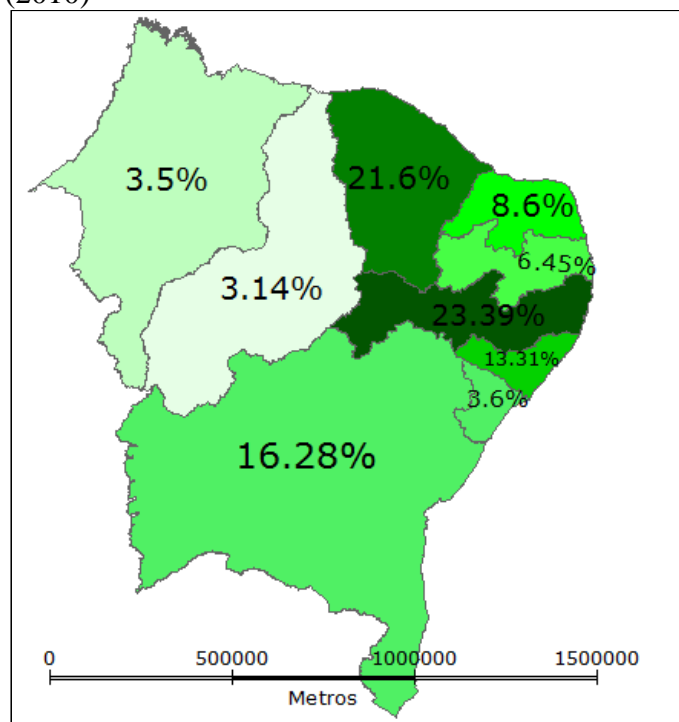


Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria a partir do software TerraView.

Estados com indústrias tradicionais

As indústrias tidas como tradicionais correspondem à maior parcela dos empregos industriais da região. Atividades como a de alimentos e bebidas; têxtil; produtos de minerais não-metálicos são os segmentos mais representativos. No aspecto espacial verifica-se uma maior dispersão das atividades em todos os estados (Figura 6). A presença de estados com custo da mão de obra relativamente baixo é favorável a essas indústrias, visto que são intensivas em trabalho.

Figura 1 - Distribuição do emprego formal na indústria de baixa intensidade tecnológica nos estados nordestinos (2010)



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria a partir do software TerraView.

O estado de Alagoas aparece com uma elevada participação dos empregos, principalmente pela fabricação de produtos alimentícios, pois o estado foi o maior gerador de empregos neste segmento. Os investimentos advindos do II PND modificaram a estrutura da economia alagoana, principalmente pelo complexo cloro-álcool-químico, levando a uma mudança no eixo produtivo do estado que estava centrado na expansão da monocultura da cana-de-açúcar.

No Rio Grande do Norte a atividade de grande representação é a de confecção de artigos do vestuário e acessórios, pois o estado se configurou como o segundo maior gerador de empregos no segmento, perdendo apenas para o Ceará. Outra atividade bastante representativa é de produtos alimentícios, com destaque para: açúcar, castanhas de caju, balas, entre outros.

Assim, o setor industrial nos estados nordestinos é caracterizado, principalmente, pela existência de polos especializados em determinadas atividades. E mais, não há uma base industrial consolidada, sendo preponderantemente baseada em subsetores tradicionais, como no caso do Rio Grande do Norte.

Considerações finais

A literatura sobre a formação da economia nordestina mostra o legado da fase colonial para a estrutura socioeconômica da região. As mazelas sociais e o atraso econômico são resultados de um processo histórico de elevada desigualdade regional e que tendem a acentuar ainda mais essas disparidades. A predominância de atividades de reduzido valor agregado e de baixa produtividade, a elevada concentração fundiária e de renda, um setor agrícola arcaico, o

baixo nível educacional, a ocorrência de secas sem o acompanhamento de políticas eficazes são alguns problemas que ainda persistem no Nordeste.

Apesar de ter sido a região virtuosa na etapa açucareira, o Nordeste apresentou ciclos de crescimento econômico e não atravessou um processo de desenvolvimento econômico, visto a melhoria de vida da população e a modernização econômica serem pré-requisitos para ocorrência de um desenvolvimento regional.

Pelo lado da estrutura industrial, as políticas implantadas no país foram ineficazes para dinamizar o setor. A política de substituição de importação consistiu na importação de tecnologia, não sendo a inovação um elemento central nas decisões de investimento. No caso do Nordeste, o setor industrial é ainda mais frágil, pois não adotaram-se políticas industriais agressivas e potenciais para elevar o dinamismo regional.

Presencia-se no Nordeste o crescimento de um setor industrial dependente da concessão de incentivos fiscais, visto que não se criaram indústrias internamente. Além do mais, tal setor é predominantemente caracterizado pela utilização intensiva de mão de obra e por reduzidos salários, como as atividades alimentícias, de calçados e a têxtil.

As assimetrias presentes no território nacional se reproduzem na estrutura econômica do Nordeste devido à concentração em três estados: Bahia, Pernambuco e Ceará. Embora estes sejam os estados mais dinâmicos da região, a estrutura industrial montada ainda carece de uma base tecnológica de ponta devido ao pouco investimento destinado às inovações técnicas.

Apesar de o Brasil ter experimentado ciclos dinâmicos de crescimento econômico, não se pode falar que presenciou um processo de desenvolvimento econômico, visto que ainda persiste as desigualdades regionais e heterogeneidades estruturais. Assim, intensifica-se a relevância de estratégias voltadas para construir uma homogeneização territorial e elevação das potencialidades regionais. Com base na ideia furtadiana, Araújo (2009, p. 41) ressalta que o autor “(...) estava convencido, à luz do que ocorrera, que enquanto não se mexer na estrutura fundiária e não se promover o acesso da população ao conhecimento, a tragédia regional não será equacionada”.

Desta forma o desenvolvimento econômico envolve a superação de desigualdades historicamente constituídas e, no caso nordestino, ainda se encontram presentes. A construção de uma política de desenvolvimento regional no Nordeste requer estratégias de articulação dos estados e sua integração produtiva, melhoria da condição de vida da população e redução dos desequilíbrios espaciais, ou seja, estratégias de superação de uma condição de atraso que foi construída historicamente.

O Nordeste, por exemplo, emerge como uma região que historicamente foi caracterizada por um atraso socioeconômico e pela presença dos piores indicadores econômicos e sociais. O mapeamento da distribuição e localização do emprego nos estados da região mostrou as diferenciações estaduais e precariedade da estrutura produtiva da região. Percebeu-se que não há uma base industrial consolidada, sendo preponderantemente baseada em subsetores tradicionais.

Apesar da melhora no padrão tecnológico, resultado da reestruturação produtiva e da postura mais competitiva do país na década de 1990, a base estrutura industrial do Nordeste não sofreu alterações significativas, pois no final da década de 1990 a estrutura continuava a ser altamente concentrada, pelo lado do emprego gerado, em dois grandes segmentos: indústria de produtos alimentícios e indústria têxtil. Dessa forma, a estrutura industrial na região permaneceu centrada, principalmente, nas atividades tidas como de bases tradicionais.

A continuidade do atraso da região, que tem obviamente raízes históricas, pode ser explicada pela adoção da lógica neoliberal praticada no cenário nacional. Após um período de

ações desenvolvimentistas na região, desde a década de 1950 até o final de 1970, através da criação da SUDENE e de recursos advindos do II PND, ocorreu o debilitamento do Estado e de projetos que fomentassem o desenvolvimento regional. Um dos resultados desse processo foi que a ausência de políticas regionais levou aos diversos estados praticarem ações autônomas, como as políticas de incentivos fiscais.

Referências

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

AMARAL FILHO, J. **O Nordeste que dá certo**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 05, p. 55-87, 2010

ARAUJO, D. S.; MOTA, F. C. M.; **Guerra dos lugares e dinâmica regional: avaliação do Programa de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte**. XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Florianópolis, 2009.

ARAÚJO, T. B. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. In: Revista Econômica do Nordeste. Banco do Nordeste, vol. 30, n. 2, abr - jun de 1999.

ARAÚJO, T. B. A “questão regional” e a questão nordestina. In: **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, v. 1, p. 71-92.

ARAÚJO, T. B. (2009). Desenvolvimento regional no Brasil. In: CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO (2009). **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje**. Rio de Janeiro: Contraponto.

ARAUJO, T. B. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Fase, 2000.

ARAÚJO, T. B. SANTOS, V. M. (2009) **Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil**. In 50 anos de Formação Econômica do Brasil - Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado.

BERNAL, Maria Cleide Carlos: **A Nova Configuração Territorial do Nordeste: desigualdade e fragmentação**. Revista Cadernos do Logepa - Série Pesquisa, ano 02, número 03, 2004.

BNB. **Comércio exterior: região Nordeste e estados**. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/comercio_exterior_2013_final.pdf>. Acesso em 10 novembro 2013.

BOTELHO, A. **A reestruturação produtiva e produção do espaço: O caso da indústria automobilística instalada no Brasil**. Revista do Departamento de Geografia, n. 15, p. 55-64, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS). 2013.

BRITO, F. e BONELLI, R: Políticas industriais descentralizadas: as experiências Europeias e as iniciativas subnacionais no Brasil. Brasília. IPEA, Planejamento e Políticas Públicas nº. 15. p. 1-46, jun. de 1997.

CANO, Wilson. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930 – 1937. 3ª Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARDOSO, G. C. de C. **A atuação do Estado no Desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

DELGADO, N.; BONNAL, P.; LEITE, S. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro: II CA/OPPA, 2007. (Convênio IICA – OP/PA/CPDA/UFRRJ).

DINIZ, C. C. Impactos Territoriais da reestruturação produtiva. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **O Futuro das Metrôpoles**: desigualdades e governabilidade. Observatório, UFRJ-FASE, Rio de Janeiro: Revan, 2000.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. Nova Economia – Revista de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.

FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L. A. Liberalização econômica e desenvolvimento: modelos, políticas e restrições. São Paulo: Futura, 2003.

FOCHEZATTO, A. Desenvolvimento regional: novas abordagens para novos paradigmas produtivos. In: **Três Décadas de Economia Gaúcha**: o ambiente regional. 1ed. Porto Alegre-RS: Fundação de Economia e Estatística, 2010, v. 1, p. 163-190.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEXDATA). Base de dados. Disponível em: < <http://www.funcexdata.com.br/>>. Acesso em 12 junho 2013.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico estrutural. 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. A operação Nordeste. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. Formação econômica do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GADELHA, C. A. G. (1999) – **Desenvolvimento e política industrial**: Uma visão Neoschumpeteriana sistêmica e estrutural. Tese de doutorado, Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro.

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Oficial, 1959.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação Econômica do Nordeste**. Recife: Massagana, 1989.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. In: Estudos Avançados, São Paulo, ano 11, n. 29, p. 37-54, 1997.

IBGE. Censo Demográfico 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (IPEA), Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília: IPEA, 2001.

IPEADATA. Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 08 julho 2013.

LIMA, A. C. da C.; LIMA, J. P. R. Programas de desenvolvimento local na região Nordeste o Brasil: Uma avaliação preliminar da “guerra fiscal”. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n.3 (40), p. 557-588, dez. 2010.

LIMA, E. C.; LIMA, É. P. C; POLÍTICAS PÚBLICAS NO NORDESTE: O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS. 36º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia, 2012.

LIMA, J. P. R: Traços Gerais do Desenvolvimento Recente da Economia do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste (2005).

MARINI, M. J. ; SILVA, C. L. . Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 8, p. 107-129, 2012.

OLIVEIRA, F. de. A questão regional: a hegemonia inacabada. Estudos Avançados, 1993, v. 7, n. 18, p. 43-63.

PACHECO, C. A. **Novos Padrões de Localização Industrial?** Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial. IPEA: Brasília, março 1999. (Texto para Discussão nº 633).

PAIM, J.S. **Direito à saúde, cidadania e Estado**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. p.45-59.

PRADO, S. A guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. Economia e sociedade, Campinas, v. 13, p. 1-40, dez. 1999.

SABÓIA, J: Descentralização Industrial no Brasil na Década de Noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. Nova Economia, 11 (2), dezembro, 2001.

SANTOS, M. A guerra dos lugares. Folha de São Paulo, Caderno Mais, São Paulo, 1999.

VIDAL, F. B. Quo Vadis Nordeste? Vicissitudes da questão regional no contexto capitalista contemporâneo. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010, Caxambu. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010.

ANEXO 1

Classificação dos setores industriais brasileiros por intensidade tecnológica

Intensidade tecnológica	Denominação
Baixa intensidade	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS.
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO.
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS.
	CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS.
	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO E CALÇADOS.
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA.
	FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL.
	EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES.
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS.
	METALURGIA BÁSICA.
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL - EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.
Média-baixa intensidade	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS.
	FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO E PRODUÇÃO DE ÁLCOOL.
	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS.
Média-alta intensidade	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E PLÁSTICO.
	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.
	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.
	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INSTRUMENTAÇÃO MÉDICO-HOSPITALARES, INSTRUMENTOS DE PRECISÃO E ÓPTICOS, EQUIPAMENTOS PARA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, CRONÔMETROS E RELÓGIOS.
Alta intensidade	FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS.
	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS.
	FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES.
	FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE.
Fonte: Adaptado de Gonçalves, Mendes e Freguglia (2009)	

Artigo recebido em 24-03-2017
Artigo aceito para publicação em 31-01-2018